



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 3.261, DE 28 DE JUNHO DE 2006.

Alterado pelo [Decreto nº 4.050, de 5 de setembro de 2008.](#)

**CRIA O PROGRAMA DO BIODIESEL NO
ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso IV do Art. 107 da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 1101-1526/2006,

Considerando a importância e a necessidade de utilização de um combustível não poluente e renovável nos setores de transporte e geração de energia, como sucedâneo ao óleo diesel derivado do petróleo.

Considerando que as ações de fomento às atividades de desenvolvimento científico e tecnológico de um combustível alternativo, limpo e inovador como biodiesel, dependem do estabelecimento de parcerias com órgãos e entidades de natureza pública e privada nacionais e internacionais de forma a difundir informações e conhecimentos úteis à fabricação do biodiesel no Estado de Alagoas; e

Considerando a necessidade de implantação de políticas públicas que incentivem a inclusão social pela geração de emprego e renda nas cidades e no campo no Estado de Alagoas, através da integração das atividades técnicas e operacionais dos diversos agentes envolvidos.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Alagoas o Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas – PROBIODIESEL/AL., o qual se regerá pelo presente Decreto e pelos atos deliberativos e normativos expedidos pelas instâncias decisórias e gerenciais nele previstas.

Art. 2º O Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas – PROBIODIESEL/AL tem por objetivo implementar de forma sustentável, tanto técnica como economicamente, a produção e uso do Biodiesel, tendo como principal característica a inclusão social e o desenvolvimento regional via geração de postos de trabalho e complementação de renda familiar.

§ 1º O Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas – PROBIODIESEL/AL, deverá seguir as diretrizes do Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel-PNPB.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

§ 2º Para consecução do objetivo estabelecido no Artigo 2º, serão desenvolvidas diversas ações nas áreas de ciência e tecnologia, desenvolvimento econômico, agricultura, meio ambiente, energia, receita tributaria e transportes em parceria com outros órgãos e /ou instituições.

Art. 3º O Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas – PROBIODIESEL/AL – será gerenciado e operacionalizado através da seguinte estrutura:

I – Comitê Gestor Estadual;

II – Coordenação Executiva Estadual; e

III – Gestores Locais.

Art. 4º O Comitê Gestor Estadual será composto por representantes da administração do Governo do Estado e por representantes de instituições parceiras, signatárias de convênios específicos e/ou outros instrumentos legais cabíveis. A presidência e vice-presidência serão ocupadas pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Estado do Planejamento e do Orçamento. ([Redação dada pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:

“Art. 4º O Comitê Gestor Estadual será composto por representantes da administração do Governo do Estado e por representantes de instituições parceiras, signatárias de convênios específicos e/ou outros instrumentos legais cabíveis. A presidência e Vice-presidência serão ocupadas pelo Governador do Estado e pelo Secretario Executivo de Planejamento e Orçamento do Estado, respectivamente.”

§ 1º Cada instituição membro do Comitê Gestor designará 2 (dois) representantes, devendo qualificar o titular e o suplente. ([Redação dada pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:

“§ 1º Poderão fazer parte do Comitê Gestor Estadual até 3 (três) membros indicados da administração do Governo do Estado e das instituições parceiras, sendo 1 (um) Titular e 2 (dois) suplentes;”

§ 2º O Comitê Gestor Estadual terá por atribuição:

I – propor diretrizes que nortearam o desenvolvimento do Programa;

II – sugerir as políticas de incentivo e fomento ao desenvolvimento do Programa;

III – planejar e acompanhar a execução das atividades necessárias à efetiva implantação e viabilização do Programa;

IV – constituir Grupos técnicos para o desenvolvimento das ações no âmbito do Programa;



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

V – analisar e definir projetos de fomento considerados prioritários ao desenvolvimento do Programa, elaborados e encaminhados pelos grupos técnicos;

VI – dar ciência imediata de resultados aos titulares da administração do Governo do Estado e das instituições parceiras; e

VII – propor estabelecimento de novas parcerias visando o fortalecimento do Programa.

§ 3º As decisões do Comitê Gestor Estadual serão tomadas por maioria absoluta de seus participantes.

§ 4º O Comitê Gestor Estadual contará com um Secretario Executivo a ser designado pela Coordenação do Programa.

§ 5º O Comitê Gestor Estadual reunir-se-á ordinariamente a cada (2) dois meses e extraordinariamente sempre que convocado pela Coordenação do Programa.

§ 6º Fazem parte do Comitê Gestor do Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas, representantes dos órgãos da Administração Pública Estadual e das seguintes instituições parceiras: [\(Redação dada pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

REDAÇÃO ORIGINAL:

“§ 6º Fazem parte do Comitê Gestor do Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas representantes das seguintes entidades parceiras:”

I – Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento – SEPLAN/AL; [\(Redação dada pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

REDAÇÃO ORIGINAL:

“I – Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento;”

II – Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – SEAGRI/AL; [\(Redação dada pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

REDAÇÃO ORIGINAL:

“II – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;”

III – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AL; [\(Redação dada pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

REDAÇÃO ORIGINAL:

“III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMPBRAPA;”



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

IV – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“IV – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas;”

V – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“V – Universidade Federal de Alagoas;”

VI – Universidade Federal de Alagoas – UFAL; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“VI – Fundação Universidade Estadual de Alagoas;”

VII – Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“VII – Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento;”

VIII – Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação – SECTI/AL; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“VIII – Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia;”

IX – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Energia e Logística – SEDEC; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“IX – Secretaria Coordenadora de Desenvolvimento Econômico;”

X – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“X – Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Serviços;”



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

XI – Banco do Brasil S/A; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“XI – Companhia Energética de Alagoas;”

XII – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“XII – Banco do Brasil S.A;”

XIII – Banco do Nordeste do Brasil – BNB/S.A; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“XIII – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas;”

XIV – Óleos Vegetais de Alagoas – OLEAL; (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“XIV – Óleos Vegetais de Alagoas; e”

XV – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas – FAEAL; e (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“XV – Banco do Nordeste do Brasil S.A.”

XVI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Alagoas – FETAG. (Redação acrescida pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

§ 7º A instituição cujos representantes não comparecerem, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões seguidas ou 3 (três) intercaladas do Comitê Gestor, no período de 1 (um) ano, será desligada do programa, mediante comunicação formal. (Redação acrescida pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

Art. 5º A Coordenação do Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas – PROBIODIESEL/AL será exercida, conjuntamente, pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento – SEPLAN, pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – SEAGRI e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AL. (Redação dada pelo [Decreto nº 4.050, de 5.09.2008](#))

REDAÇÃO ORIGINAL:
“Art. 5º A Coordenação do Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas - PROBIODIESEL será exercida pela Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento - SEPLAN/AL e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas – SEBRAE/AL.”



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

§ 1º Ao Governador do Estado competirá instalar o Comitê Gestor, constituído por representantes de cada instituição parceira.

§ 2º A Coordenação Executiva terá por atribuição:

I – cumprir e fazer cumprir as decisões do Comitê Gestor Estadual, delegando competências e atribuições;

II – exercer a representação político-institucional, o gerenciamento superior das ações do Programa;

III – articular e coordenar a integração das ações necessárias ao desenvolvimento do Programa;

IV – acompanhar e avaliar os resultados físicos de implementação do Programa;

V – coordenar o processo de acompanhamento financeiro de implementação do Programa;

VI – prestar apoio técnico-administrativo à Gestão Local do Programa; e

VII – propor mecanismos para um bom desempenho nas ações do Programa.

Art. 5º-A Sem prejuízo das atividades conjuntas das Instituições Coordenadoras Executivas Estaduais do PROBIODIESEL/AL, que sempre buscará a conjugação de esforços, que podem ser expressos na forma de convênios entre as partes e em prol do Programa, cada Coordenação terá atribuições específicas, com a ciência e colaboração das demais. [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

§ 1º Compete à SEPLAN: [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

I – A articulação das ações de pesquisa, instalações de plantas piloto, laboratórios, sistemas de controle de qualidade de interesse do Programa e de diversificação das fontes de matéria-prima para biocombustíveis, desenvolvidas por instituições parceiras a exemplo da UFAL, UNEAL, EMBRAPA, FAPEAL e outras; e [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

II – A articulação das ações de políticas de preços mínimos, contratação de compra e venda de produtos, identificação de fontes financiadoras, promoção de incentivos fiscais e estabelecimento de fundo de reserva para o programa, desenvolvidas por instituições parceiras como SEFAZ, SEDEC e outras. [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

§ 2º Compete à SEAGRI: [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

I – A prestação de assistência técnica e atividades de capacitação às famílias participantes do programa, por si ou por meio de instituições credenciadas e ainda a produção e/ou aquisição e distribuição de sementes e mudas de oleaginosas para uso no programa; e [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

II – A elaboração de projetos técnicos para agricultores familiares e suas cooperativas, para apresentação às linhas de crédito, notadamente PRONAF, disponíveis no sistema bancário e ainda a emissão da Declaração de Aptidão – DAP aos interessados na produção e efetivação dos contratos de venda dos produtos. [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

§ 3º Compete ao SEBRAE: [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

I – A capacitação, por meio de cursos específicos e assessoria gerencial, dos dirigentes e técnicos dos empreendimentos interessados na organização da base de produção, na venda coletiva e no beneficiamento da matéria-prima dos agricultores familiares inseridos no programa; e [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

II – A contratação de serviços de consultoria eventualmente necessários ao andamento do Programa e o acompanhamento físico-financeiro e avaliação periódica do andamento das atividades do programa, utilizando-se das ferramentas técnico-administrativas cabíveis. [\(Redação acrescida pelo Decreto nº 4.050, de 5.09.2008\)](#)

Art. 6º A Gestão Local será exercida por representante indicado oficialmente pela Prefeitura de cada município inserido no Programa.

§ 1º A Gestão Local terá por atribuição:

I – gerenciar, operacionalizar e acompanhar as ações do Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas que estiverem sobre a sua responsabilidade;

II – indicar, 3 (três) Agentes de Desenvolvimento Local – ADR's para atuar como agente facilitador junto ao agricultor local;

III – articular e intermediar junto a Coordenação Executiva Estadual para um bom desempenho do Programa; e

IV – estabelecer parcerias.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Art. 7º As atividades dos Coordenadores do Programa, do Secretario Executivo e dos membros do Comitê Gestor, não serão remuneradas.

Art. 8º O Comitê Gestor, poderá convidar para assessorá-lo especialistas de renome nas respectivas áreas de atuação, previa anuência da Presidência do mesmo.

Art. 9º As despesas com a implantação do Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas e das ações aprovadas pelo seu Comitê Gestor, quando importarem no uso dos recursos, correrão à conta das disponibilidades orçamentárias das Entidades Públicas e/ou Privadas envolvidas nas ações para o desenvolvimento do Programa.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrario.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 28 de junho de 2006,
118º da República.

LUIS ABILIO DE SOUSA NETO
Governador

Este texto não substitui o publicado no DOE do dia 29.06.2006.